

PROCESSOS DE SOCIALIZAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA CRIAÇÃO FAMILIAR URBANA DE GADO LEITEIRO EM CASTANHAL (PARÁ, BRASIL)

Robertho Marconi Santos Ruas¹
Diego Corrêa Furtado²
William Santos de Assis³
Gutemberg Armando Diniz Guerra⁴

RESUMO

O artigo analisa os processos de socialização dos filhos e netos de um casal de pequenos criadores de gado leiteiro da zona urbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil). Enfocam-se, especificamente, os aspectos da socialização referidos à esfera produtiva, expressos nas sucessivas fases de engajamento dos membros das novas gerações ao trabalho. Como método de pesquisa, empregou-se o estudo de caso, amparado pelas técnicas de entrevistas semiestruturadas e observação direta. Os resultados indicam que o engajamento dos filhos na produção leiteira ocasionou seu distanciamento do processo de escolarização, limitando, posteriormente, suas condições de conversão a outras alternativas profissionais. Tal padrão se reverte na educação dos netos, que privilegia o ensino formal, em detrimento das formas anteriormente valorizadas de inserção no mundo do trabalho familiar. Devido à progressiva urbanização do município, conclui-se que as distintas configurações assumidas pela socialização infantil no grupo social focado refletem uma reorientação de projetos de vida, diante do reconhecimento das limitações impostas pela nova lógica predominante de ocupação do espaço urbano.

Palavras-chave: infância camponesa, pecuária familiar, pecuária urbana, vulnerabilidade social.

¹Graduado em Ciências Sociais (UFPA) e Medicina Veterinária (UFPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA/EMBRAPA). Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Saúde e Produção Animal na Amazônia (UFRA). E-mail: marconeruas@yahoo.com.br

²Graduado em Ciências Biológicas (CESUPA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável (UFPA/EMBRAPA). Estudante de doutorado no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (UFOPA). E-mail: dkhasinau@gmail.com

³Graduado em Agronomia (UFRA). Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento (UFPA). Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ). Prof. Adjunto da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: williamassis@ufpa.br

⁴Graduado em Engenharia Agrônoma (UFBA). Mestre em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (UFPA). Doutor em Socioeconomia do Desenvolvimento (EHESS, França). Prof. Associado da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gguerra@ufpa.br

CHILD SOCIALIZATION PROCESSES IN THE CONTEXT OF A URBAN FAMILY ESTABLISHMENT OF DAIRY CATTLE IN CASTANHAL (PARÁ, BRAZIL)

ABSTRACT

The article analyzes the socialization processes of the children and grandchildren of a couple of small dairy farmers in the urban area of Castanhal (Pará, Brazil). It focuses, specifically, on the aspects related to the productive sphere, expressed in the successive stages by which the members of the new generations get engaged with labor. As research method, it was employed the case study, supported by semi-structured interviews and direct observation. Results indicate that the engagement of children in milk production caused their detachment from the schooling process, which later limited their possibilities to transition between work options. Such pattern reverts in the education of the grandchildren, which is characterized by the priority given to formal education, instead of previously valued forms of family labor. Due to the increasing urbanization of the municipality, it is concluded that the different configurations assumed by the processes of child socialization in the focused social group reflect a reorientation of life projects, related to the recognition of the limitations imposed by the new predominant logic of urban space occupation.

Keywords: family livestock, peasant childhood, social vulnerability, urban ranching.

1. INTRODUÇÃO

Nas expressões de senso comum que permeiam o cotidiano, empregam-se termos como campo e cidade, rural e urbano, como qualificativos de distinções entre alternativas formas de ocupação do espaço e de divisão social do trabalho. Absorvidos pela esfera de reflexão acadêmico-científica, esses termos parecem, entretanto, manter o teor dualista, situação reconhecida, por Carneiro (2008), como próprio mito fundador da sociologia rural. Assim, enquanto à cidade estariam restritas ocupações industriais, comerciais e governamentais, ao campo estariam circunscritas a produção agrícola e a pecuária.

Pode causar estranheza, portanto, que existam, encravados em um espaço qualificado como urbano, entalhes de ruralidade. Este, porém, era o quadro que caracterizava o Município de Castanhal (Estado do Pará) pelo menos até a década de 1970, a partir de quando o local se tornou palco de importantes mudanças socioespaciais, como a implantação de indústrias e instituições de ensino e a própria ampliação da BR-316, que fortaleceu o comércio no município (LUZ JÚNIOR, 2011). Embora fosse possível, desde essa época, distinguir espaços considerados interioranos, ou de produção agrícola, e espaços de maior aglomeração residencial e mais acentuadas trocas mercantis e prestação de serviços, não se podia afirmar que o município possuísse uma zona urbana plenamente diferenciada.

Como expressão dessa forma híbrida de ocupação do espaço, destacava-se a constituição de estabelecimentos familiares voltados à produção de leite bovino na circunscrição do setor municipal desde então qualificado como urbano – em condição análoga à situação empírica analisada por Brandão et al. (2015), remetida ao contexto sul-rio-grandense. No caso do presente estudo, as memórias compartilhadas por seus interlocutores revelam que vários desses estabelecimentos familiares teriam se originado de fluxos migratórios de famílias nordestinas, fugidas

da seca em seus estados natais, durante as décadas de 1960 e 1970, inserindo-se em um quadro mais amplo de mobilidade espacial, que remonta, pelo menos, ao ano de 1877 (LEANDRO; SILVA, 2012). No novo lugar, as famílias migrantes formaram patrimônio, constituído por cabeças de gado (principalmente bovino, para exploração leiteira) e por terrenos onde construíram suas residências e benfeitorias para ordenha. Por costume, o chefe de cada estabelecimento produtivo se tornava conhecido, no bairro onde se fixava, pelo nome de seu estado de origem: havia, assim, o Alagoano, o Ceará, o Pernambuco e assim por diante.

A opção desses pecuaristas, de reproduzir, no Pará, o mesmo tipo de trabalho realizado na terra de onde tinham saído, representou, por um lado, a valorização de sua identidade cultural, correlata a um particular universo social de significados. Por outro, refletiu o domínio de determinados repertórios de saberes e habilidades técnicas, que norteariam, em consonância à discussão proposta por Ploeg (2008) e Woortmann (2009), a elaboração de específicas estratégias produtivas, garantindo-lhes a obtenção do sustento e favorecendo sua reprodução social.

Assim como no Nordeste, onde deixavam o rebanho pastejando solto por vastas áreas abertas, os criadores admitiam que o gado perambulasse pelas ruas de Castanhal, se alimentando da vegetação espontânea nascida às margens das vias públicas e em terrenos baldios. Eles não se instalaram no setor rural do município por terem percebido que a distância até os potenciais compradores urbanos tornaria o produto final (leite) mais caro, devido à adição de custos com transporte. Além disso, no contexto dos anos 1960-1970, como antes mencionado, não havia uma oposição tão definitiva entre as noções de espaços urbano e rural no município, levando a uma postura de relativa tolerância dos agentes da administração pública em face à presença de rebanhos bovinos na cidade.

Contudo, os diferentes processos de crescimento (populacional, econômico, espacial) por que o Município de Castanhal passou – especialmente nas duas últimas décadas do século XX e na primeira década do século XXI – representaram a passagem para um novo contexto. Em circunstância de mais intensa ocupação do espaço urbano – inclusive de bairros periféricos e zonas periurbanas – e dinamização dos fluxos de pessoas e automóveis, tornou-se progressivamente incômoda a presença de gado vagando pelas ruas da cidade. Como discutido por Ruas et al. (2014), porém, o questionamento da legitimidade da criação urbana de gado em Castanhal se pautou por argumentos remetidos a aspectos sanitários, identificando-se, as atividades produtivas desempenhadas pelas famílias de pecuaristas, como um problema de saúde pública. Assim, incompatibilizados com a noção de cidade moderna, os grupos produtivos em questão passaram a ser alvos da ação fiscalizadora e punitiva do Centro de Controle de Zoonoses de Castanhal (CCZ), mediante amparo da Lei Orgânica Municipal nº 052/2005.

A despeito dos investimentos na inviabilização da pecuária urbana via imputação de *status* de ilegalidade a seus praticantes, a criação de gado bovino no setor urbano não cessou, inclusive mantendo-se a prática de soltura dos rebanhos pelas ruas de bairros periféricos da cidade. Embora haja casos de membros das famílias de criadores que abdicaram da produção leiteira, assalariando-se em empregos urbanos, e outros, que deslocaram seu rebanho para lotes de assentamentos no setor rural do município, a persistência de alguns grupos de trabalhadores familiares levanta questões relevantes acerca das motivações e da perspectiva de futuro dos pecuaristas, em relação à continuidade de seu trabalho nos moldes tradicionais.

Em prosseguimento aos esforços empreendidos por Ruas et al. (2014) na compreensão da situação empírica enfocada, busca-se, com o presente trabalho, analisar as repercussões dos contextuais processos elencados sobre o fenômeno da socialização infantil. Focalizam-se, especificamente, os aspectos referidos à esfera produtiva, expressos nas sucessivas fases de engajamento dos membros das novas gerações ao trabalho, tanto no âmbito da casa, como, especialmente, na lida com o gado. Considera-se que o exame das distintas expressões assumidas pelo fenômeno da socialização infantil por meio do trabalho familiar favoreça a discussão acerca do modo como os emergentes cenários de mudança social são reconhecidos pelos sujeitos neles enredados, impondo reconfigurações em suas particulares formas de organização social, em suas estratégias e em seus projetos de vida.

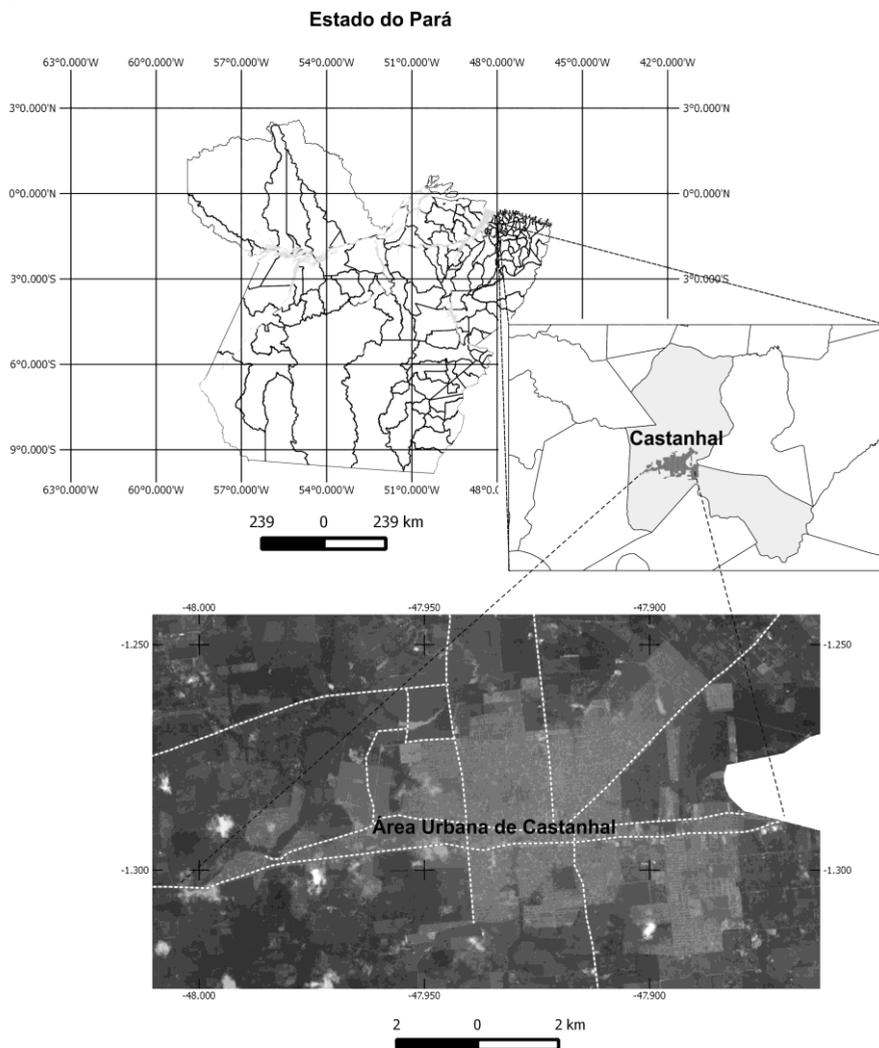
Valoriza-se, portanto, na análise empreendida, a noção de socialização como projeto de formação da pessoa adulta, processo que, mesmo pautando-se pelos repertórios culturais locais a que se reporta Ploeg (2008), também incorpora a capacidade de agência dos produtores familiares, os quais, reconhecendo-se sob circunstância de mudança social, formulam respostas performáticas, pesando as diferentes opções em jogo. Tomando de empréstimo o pensamento de Reichert e Gomes (2009) acerca da transição agroecológica, também no que tange à socialização parece emergir, ao primeiro plano de análise, a questão da apreensão do contexto por parte do pequeno produtor e de sua família ou – no léxico do enfoque sistêmico – a capacidade de recuperação de informações do meio externo pelo sistema de tomada de decisões ao nível do lote agrícola. Declina-se, desse modo, de visões correlatas à mera transmissão de habilidades técnicas e saberes tradicionais subjacentes, ou transmissão de papéis sociais imutáveis e petrificados, como se a socialização se configurasse de modo estático no curso das sucessivas gerações.

Não se pretendeu situar a questão como meramente uma entre duas alternativas mutuamente excludentes, a saber: ou (1) a estrita reprodução de petrificados modos de vida, à revelia do circunstancial contexto onde o grupo familiar se insere; ou (2) a plena e definitiva desestruturação de prévios estilos de vida, à revelia da capacidade de decisão e agência pelos membros do grupo familiar. Em algum ponto intermediário, entre uma alternativa e outra, a pesquisa busca situar as estratégias de sobrevivência do grupo familiar de criadores de gado leiteiro na circunscrição desse ambiente urbano progressivamente normatizado. Em vez de tratar as transformações objetivadas nos processos de socialização infantil como meras tentativas de mimetização de estilos de vida e visões de mundo mais típicos da sociedade dita urbana, o enfoque aqui proposto se socorre, como viés explicativo, da noção de reatualização de estilos de vida, antes definido por Harris (2006) (ainda que em específica referência ao campesinato histórico amazônico, ou sociedades caboclas). Assim, remetendo-se ao fenômeno da socialização infantil e suas vinculações à esfera produtiva, o artigo discute o caráter supostamente híbrido das estratégias de sobrevivência do grupo familiar, que, ao mesmo tempo em que promove a aproximação às circunstâncias instituídas pelo meio externo, viabiliza a reprodução de determinados elementos da sociabilidade anteriormente objetivada no interior do grupo social.

2. METODOLOGIA

A pesquisa tem como área de estudo o Município de Castanhhal, na porção nordeste do Estado do Pará (Figura 1). Situado na latitude 01° 17' 49" Sul e longitude 47° 55' 19" Oeste, o município possui área de 1.029 km², dividida em zona urbana e rural, e população estimada em 192.571 pessoas (IBGE, 2016).

Figura 1 – Localização do Município de Castanhal.



Fonte: editado por Moacir José Moraes Pereira.

Participaram como interlocutores da pesquisa os membros de uma família de pequenos criadores de gado bovino leiteiro, oriundos do Estado do Ceará (Região Nordeste do Brasil). A referida família apresenta organização social e produtiva típica em relação aos demais grupos familiares também identificados como criadores urbanos de gado no local, tendo sido escolhida em função de um relativamente longo histórico de interlocução entre seus membros e o primeiro autor deste texto. Tal interlocução se processou entre 2007 – quando o autor em questão assumiu o cargo de coordenador do antes citado CCZ – e 2013 – ano em que ocorreu o trabalho de campo –, sendo marcada, inicialmente, por contatos

conflituosos e, depois, por uma aproximação progressivamente amistosa e até colaborativa.

A família enfocada é extensa, incorporando diversas famílias nucleares, e se organiza em torno do casal de “velhos”, pai e mãe. Ligados à casa dos pais, estão os núcleos familiares constituídos pelos filhos e filhas que, casados, fixaram residência em casa própria, geralmente na mesma vizinhança. Os filhos mais novos, biológicos ou de criação, e as filhas solteiras continuam a residir na casa dos pais. Há, ainda, excepcionais casos de filhos e genros (estes, com suas respectivas esposas) que fixaram residência na área rural do município.

Na esfera da produção, os homens (pai, filhos mais velhos e alguns genros) residentes na mesma vizinhança – em bairro periférico da cidade de Castanhall –, organizam grupos de trabalho para cuidar conjuntamente de seus rebanhos (que contabilizavam, ao todo, em 2013, 150 animais adultos), porém com divisões relativas à exploração econômica do gado (compra e venda de cabeças, negociação do leite, controle sobre os valores monetários auferidos).

Além do casal de “velhos”, a pesquisa abrangeu seis filhos (homens), quatro filhas e dois genros. Alguns desses filhos e filhas são casados, outros solteiros; a maioria reside próximo à casa dos pais, alguns poucos ainda residem na própria casa paterna. Dos interlocutores, um filho e um genro antes envolvidos na pecuária urbana desistiram de trabalhar com o gado, transitando para outras ocupações. A idade dos participantes da pesquisa variou de dezoito (filha mais nova, que ainda morava com os pais) a setenta anos (o “velho”, chefe do grupo produtivo urbano).

O método empregado na pesquisa foi o estudo de caso, composto pelas técnicas de entrevistas com roteiros semiestruturados e observação direta, conforme definições de Mann (1973). A observação se constituiu por frequentes visitas à residência, aos espaços de trabalho e a outros espaços de convivência dos interlocutores, em situações variadas, e se estendeu desde julho até dezembro de 2013. Foi caracterizada pela visualização das atividades do cotidiano, pelo registro das falas ocasionais, por conversas espontâneas e pelo compartilhamento de momentos significativos, incluindo refeições e rodas de discussão informal.

As entrevistas, por sua vez, se constituíram por questões que solicitavam respostas abertas, por meio das quais os interlocutores expressaram as lembranças de determinados aspectos de suas infâncias. Os roteiros estavam estruturados em torno dos seguintes temas: (1) comparações entre as atividades das crianças e jovens (de ambos os sexos) no momento contemporâneo à realização da pesquisa (ou seja, dos filhos de criação mais novos e netos do casal de “velhos”) e aquelas realizadas durante a infância do interlocutor (dos filhos biológicos e filhos de criação mais velhos do casal); (2) descrições quanto à forma e às etapas de envolvimento com a pecuária leiteira e de aprendizado de suas técnicas, em perspectiva comparativa às experiências vivenciadas na instituição escolar; e (3) comentários quanto aos significados atribuídos às diferenças apontadas.

Tanto os registros fotográficos dos momentos de convivência com a família pesquisada quanto a captação das falas elaboradas durante as entrevistas foram autorizados pelos interlocutores, assim como seu armazenamento para fins de pesquisa. Além disso, as informações prestadas pelos participantes da pesquisa foram tratadas com o cuidado de resguardar a imagem e a reputação de seu grupo. Consequentemente, a identidade dos sujeitos contatados não consta neste texto, nem sua divulgação é essencial para o entendimento da problemática abordada.

3. EDUCAÇÃO DE PAIS A FILHOS

O grupo doméstico dos pequenos pecuaristas urbanos de Castanhal se estrutura a partir de um amplo círculo de filhos, o que se coaduna com a noção de ciclo de desenvolvimento ou ciclo demográfico familiar, apresentada em Chayanov (1966) e Fortes (2011). Assim, conforme crescessem e se tornassem hábeis na realização de tarefas cada vez mais complexas, engajando-se integralmente à unidade de produção, os filhos contribuiriam para a satisfação das necessidades da unidade de consumo ao custo de graus progressivamente inferiores de auto-exploração dos membros familiares aptos ao trabalho.

Foram criados, pelo casal, treze filhos biológicos, seis do sexo masculino e sete do sexo feminino, além de dez sobrinhos (temporariamente) e outros filhos de criação – estes, acolhidos em circunstâncias de mobilidade infantil, aparentemente associada a laços de reciprocidade com vizinhos e/ou compadres (para uma interessante perspectiva acerca do tema, consultar a análise de Godoi, 2009, remetida à situação empírica de campesinato sertanejo no Piauí, Brasil).

As gestações do casal foram próximas entre si, acarretando filhos cujas idades se organizam em uma série de números sucessivos que apenas escapam à sequência perfeita devido à ocorrência de óbitos decorrentes de complicações na gravidez, no parto ou no primeiro ano vida de alguns bebês. Apesar do número elevado de filhos (em relação à estrutura populacional urbana da atualidade), os nomes atribuídos a cada um geralmente possuíam as palavras Maria, Francisco ou Alexandrino, ou uma combinação entre elas, podendo ocorrer adequação das masculinas ao gênero feminino. Essa constância de nomes remete à figura de antepassados, e a composição do nome de cada novo ente familiar pareceu destoar desta norma apenas para permitir uma eficaz diferenciação de cada criança.

Os cinco primeiros filhos biológicos que sobreviveram – três mulheres e dois homens, intercalados – nasceram em uma fase de união recente do casal, quando ainda morava no Estado do Ceará. Quando migraram para o Pará, o filho mais velho ainda não tinha completado cinco anos de idade. Dali em diante, os demais filhos nascidos foram todos paraenses.

Os filhos mais velhos, desde cedo, foram instigados a observar as atividades do pai e da mãe na lida com o gado. As crianças ouviam as conversas dos pais acerca do rebanho e da produção leiteira, sendo paulatinamente inseridos, como auxiliares, em etapas pontuais da atividade. Como ainda eram pequenas, pouco podiam contribuir para a produção e, por isso, a participação da mãe diretamente na lida com o gado ainda se fazia absolutamente necessária.

Em meados dos oito ou nove anos de idade das crianças, uma maior participação era delas requerida, possibilitando a liberação da mãe para que se dedicasse mais exclusivamente ao trabalho na casa e arredores. Nesse movimento, se instituiu, também, uma mais marcante divisão do trabalho entre meninos e meninas. Enquanto os meninos acompanhavam a produção leiteira, conduzida pelo pai, incluindo o pastejo do gado e a ordenha das vacas; as meninas auxiliavam na realização dos serviços domésticos, orientadas por sua mãe. Esta divisão sexual tardia do trabalho infantil se compatibiliza às observações de Fukui (2009) – em contexto de campesinato sertanejo na Bahia e em São Paulo – e Marin (2009) – em contexto de campesinato migrante em Goiás –, que indicam certa polivalência do trabalhador infantil nas fases mais precoces de sua integração à esfera produtiva.

No âmbito da produção leiteira, os meninos aprendiam o trabalho do pai sob a supervisão dele, até que demonstrassem desenvoltura para realizar cada tarefa, ou pelo menos determinada tarefa, desacompanhados. A experiência

proposta aos meninos tinha tom de desafio, com algum apelo lúdico. Era não só uma forma de conviver com o pai e, através de seus ensinamentos, reforçar os laços familiares, mas também um processo entendido, pelas pessoas envolvidas (especificamente naquele período inicial), como algo natural, inevitável e positivo.

Os meninos começavam sua jornada a partir de três ou quatro horas da madrugada, ajudando a conduzir as vacas para o interior do curral, onde era realizada a ordenha. Cada vaca atendia por um nome, que elas pareciam reconhecer (situação, aliás, preservada ainda à época do trabalho de campo). Pela manhã, quando iam à escola, os jovens aprendizes sentiam bastante sono, dormiam durante as aulas e, conseqüentemente, tiravam notas ruins. Não apenas por seu insatisfatório desempenho escolar, mas especialmente pela peculiaridade do trabalho pelo qual sua família era localmente notabilizada, os meninos – e também suas irmãs – recebiam apelidos maldosos dos colegas, sendo inferiorizados em decorrência da diferenciação da educação familiar por eles recebida. Como revelou um dos interlocutores – hoje homem feito –, quando menino, se sentia “um pouco triste, quando os outros meninos chamavam a gente de peida leite”.

Fora do horário escolar, no período vespertino, em vez de realizarem as lições de casa e de estudarem as matérias nem sempre bem absorvidas em sala de aula, os meninos se envolviam com o pastejo do gado, realizado ao longo de ruas margeadas por vegetação espontânea ou em terrenos não cercados; de todo modo, às vistas de vizinhos e de moradores de outros bairros da cidade. Encontrado um ponto adequado para alimentação do gado, eles também procuravam alguma árvore cuja sombra pudesse cobrir-lhes o corpo durante os cochilos de que se valiam para compensar as últimas horas de sono da madrugada, perdidas em favor da ordenha.

Seguindo-se, então, aos dissabores de uma convivência nem sempre prazerosa com os colegas e ao insucesso na progressão escolar pela incompatibilidade entre produção leiteira e rotina estudantil, os meninos – mas não suas irmãs – perfizeram trajetórias de interrupção dos estudos antes mesmo de obterem os certificados de conclusão da educação básica.

No âmbito da casa, a mãe da família organizava os trabalhos domésticos, referidos a título de “prendas do lar”, como cozinhar, lavar a roupa e limpar a casa e seus arredores, propiciando algum conforto para os homens, que passavam, segundo ela, “o dia todo fora, trabalhando”. Decorrendo das potenciais distinções entre ocupações masculinas e femininas identificadas pela mãe, a “velha”, percebem-se claros limites entre os papéis desempenhados pelos diferentes membros do grupo doméstico, que encontram eco em uma literatura já consolidada, remetida a um modelo tido como clássico da família camponesa, reconhecida em distintas situações de pesquisa empírica (por ex., HEREDIA, 1979; STOLCKE, 1982; SARACENO, 1992; FERRANTE, et al., 1998).

Conforme tal visão, o homem teria a função de provedor, responsável por garantir o sustento e a reprodução da família através de seu trabalho, enquanto a mulher teria seus esforços qualificados como ajuda ou, no máximo, como trabalho leve, trabalho de mulher, trabalho de casa, enfim, descritos por meio de designações contrastivas à categoria de trabalho propriamente dito. As filhas do casal enfocado, tendo como referência esses papéis, portanto, teriam sido socializadas para atender as demandas da casa, em termos de suporte ao trabalho do pai e dos irmãos. Talvez a maior proximidade por elas mantida em relação aos espaços ligados à pecuária tenha ocorrido nas ocasiões em que foram incumbidas de entregar marmitas para os homens da família, enquanto eles exerciam as funções tipificadas como trabalho.

Os padrões de socialização vivenciados pelos filhos mais velhos do casal passaram, entretanto, por alterações, conforme iam nascendo novos filhos e sendo

acolhidos os sobrinhos e outros filhos de criação. Como o pai da família já tinha formado seu grupo de trabalho, um círculo organizado e articulado capaz de satisfazer a demanda de força de trabalho da produção leiteira, os meninos mais novos não passaram pelos estágios de engajamento na atividade, mantendo-se relativamente alheios à sua realização e, conseqüentemente, ao tema em si.

Assim, por um lado, os filhos mais velhos tiveram sua infância marcada pelo exemplo do trabalho de seu pai – e inclusive da mãe, quando sua ajuda ainda se fazia necessária à lida com o gado –, pelo convívio com o “velho” e com irmãos de idades próximas. Por outro lado, os filhos – biológicos e de criação – da fase mais avançada da vida do casal miravam, o mais das vezes, seus irmãos maiores, como ordenadores autoritários, competidores sempre vitoriosos nas batalhas pela atenção e pelos elogios do pai, desestimulando sua aproximação e efetiva integração à produção leiteira familiar.

As meninas mais novas, ao contrário, seguindo o exemplo das irmãs maiores, reproduziram a conduta de auxílio aos esforços da mãe, por solidarizarem-se com sua idade cada vez mais avançada e por preocuparem-se com seu estado de saúde, marcado por diferentes episódios de extremo desgaste devido ao apoio que precisou prestar ao marido durante a fase de implantação do estabelecimento produtivo da família em Castanhal. Distintamente, porém, quanto mais as filhas mais novas se aproximavam da condição de moças, mais se distanciavam do entendimento de que seu serviço estivesse em função do trabalho masculino, como mero suporte.

Não tendo enfrentado tantos obstáculos ao prosseguimento dos estudos, aliás, os filhos mais novos – de modo geral, mas particularmente as mulheres –, quanto mais tardios na história de vida do casal, tanto mais relatam projetos de frequentar cursos de nível superior, apontando, inclusive, opções que não estão relacionadas à pecuária, nem às noções de mundo rural e de atividade agrícola.

4. SOCIALIZAÇÃO DOS NETOS: CRISE DE IDENTIDADE?

A socialização dos netos do casal enfocado ocorre de modo diferente daquela proporcionada a seus filhos, distinguindo-se, particularmente, dos processos vivenciados pelos filhos mais velhos. Os netos – meninos e meninas – acompanham o avô em passeios que se entrecruzam à atividade de pastejo do gado em áreas próximas às suas residências. Percebe-se que, ali, são partilhados valores morais e significados associados à pecuária familiar e à produção leiteira. Apesar disso, tais passeios não configuram situações de engajamento das crianças ao trabalho. Há, sim, a valorização da figura do homem do campo, do homem que realiza atividades rurais, entretanto o teor desses encontros não contempla, por exemplo, a aquisição de saberes e formação de competências técnicas correlatas à criação do gado, restringindo-se a um caráter contemplativo. O avô trabalha e, enquanto isso, convive com seus netos e reforça a afetividade familiar; partilha com eles uma determinada visão de mundo, mas não se ocupa em integrá-los à esfera do trabalho.

Os filhos do casal, pais dessas crianças, em uníssono com seus respectivos cônjuges, declaram um consciente interesse em que seus próprios filhos tenham uma trajetória escolar bem-sucedida. Ao afirmarem que “esse negócio de boi já não dá mais certo aqui”, os membros dessa geração demonstram crer que a atividade de seus pais tornou-se inviável na cidade, devido às pressões das autoridades públicas remetidas à restrição de utilização do espaço urbano para realizar o pastejo do gado. Tais pressões, operacionalizadas mediante interferência legislativa, obrigam o grupo doméstico a reformular suas estratégias.

Adicionalmente, alguns deles consideram a pecuária leiteira, naqueles moldes, uma atividade desgastante, portanto procuram garantir que seus filhos obtenham uma qualificação formal que possibilite o ingresso no mercado de trabalho como profissionais especializados, escapando do ciclo de transmissão intergeracional de uma posição social precária (concepção tomada de empréstimo de Neves, 2003) e do risco de ficarem à mercê de postos de assalariamento subalterno ou mesmo do subemprego.

O contato com alguns netos do casal permitiu perceber que eles têm uma imagem positiva acerca da pecuária, nascida dos momentos vivenciados na companhia do avô, do próprio pai (caso faça parte do grupo de trabalho do avô) e dos tios envolvidos com a produção leiteira. Eles também não expressam discordância, sequer estranhamento, diante da presença de gado nas imediações de suas residências, ao longo das ruas de seu bairro, solto, alimentando-se das moitas e capins às margens da via pública. Os mais novos, crianças de seis ou sete anos, brincam mesmo de tanger animais de menor porte, como cabras, bodes e cabritos. Alguns dos mais velhos, em plena adolescência, afirmam que gostariam de seguir profissões especializadas – pautadas na formação universitária –, ligadas ao mundo rural, devido a uma alegada afinidade para o trato com os animais.

O diálogo entre os filhos e os netos dessa família, no que toca à definição de projetos de vida – dentro ou fora da produção leiteira familiar –, se estabelece em diferentes direções, de acordo, especialmente, com as representações formuladas pelo genitor paterno em torno das experiências acumuladas durante sua vida – tanto daquelas remetidas à convivência com seu próprio pai, o “velho”, na infância, quanto daquelas remetidas a colisões com atores da formação social inclusiva.

Assim, alguns dos meninos socializados por meio da integração ao trabalho com o gado são, hoje, homens que se referem à atividade como algo positivo, a exemplo do filho que se retirou, com seu rebanho, para um assentamento na zona rural do mesmo município. A possibilidade de prosseguir com a atividade sem os conflitos inerentes à sua realização na zona urbana estimulou a manutenção do sentimento de apreço desse interlocutor pela pecuária familiar e a vontade de perpetuar sua condição de criador de gado. Nesse particular caso, o indivíduo pleiteia retomar os estudos, visando obter capacitação técnica formal, complementar aos ensinamentos recebidos do pai na infância. Já também pai, em paralelo à oferta de educação escolar a seus filhos, busca igualmente neles inculcar o gosto pela produção leiteira, sem, porém, integrá-los como força de trabalho à atividade.

Vários dos outros filhos mais velhos do casal, também socializados por meio da produção leiteira, se referem à pecuária familiar como uma atividade que, embora cansativa, desperta sua satisfação, por estar ligada a uma identidade social por eles valorizada e que traduz um específico modo de ser, uma determinada configuração de pessoa. Apesar disso, reconhecem a crescente inviabilidade da pecuária em sua modalidade urbana e a condição de vulnerabilidade social a que se submetem os que insistem em praticá-la, por isso aconselham seus filhos a buscar outras opções de formação profissional, ligadas à vida propriamente cidadina.

No extremo oposto, há dois casos de familiares que, contrariados com as investidas “do governo” contra as suas atividades, decidiram desfazer-se de seus rebanhos, por venda ou repasse a algum outro familiar. Eles se empregaram em postos de trabalho subalterno – com baixos requerimentos de qualificação formal e remuneração limitada a um salário mínimo – no centro da cidade. Um deles, em seguida, afastado do posto assalariado que galgara, tornou-se guardador de automóveis não formalizado (“flanelinha”), sofrendo críticas por parte da família. Em ambos os casos, porém, houve perceptível abalo na autoimagem desses homens, afinal costumavam se ver como provedores, produtores com autonomia relativa, e

de repente passaram a ser executores de ordens, alienados de sua sociabilidade, de seu trabalho, em conflito de identidade. Expressavam, como nas situações anteriores, uma imagem positiva da pecuária familiar, porém confinada em falas saudosistas e mesclada à formulação de expectativas em torno do sucesso escolar de seus filhos como esperança de superação da condição de vulnerabilidade.

Existe, portanto, uma forte tendência de que a geração de netos do casal de migrantes tenha sua educação predominantemente pautada pela instituição escolar, na maior parte das vezes como via única de formação de seu repertório de conhecimentos e habilidades e de constituição de seus horizontes profissionais. Como tais emergentes padrões de sociabilidade se pautam pela valorização de um particular conjunto de símbolos e significados atrelados à criação de gado, porém dissociada da transmissão do saber tradicional e das competências correlatas ao exercício da atividade, a formação técnica das novas gerações fica a cargo do ensino formal, incapaz de prepará-los para continuarem sendo pecuaristas urbanos. Assim, ainda que, por mais algum tempo, a nova geração seja capaz de reter determinadas concepções de pessoa, de papéis sociais e de moralidade, subjacentes à atividade de produção leiteira familiar, resta a dúvida se a ruptura dos processos de socialização pelo trabalho poderia levar à futura dissolução dessa particular visão de mundo.

Deve-se notar, por fim, que o afastamento da geração de netos da produção leiteira se distingue do afastamento da geração de filhos mais novos do casal em relação à atividade. Enquanto os padrões de socialização dos netos teriam sido afetados pelo reconhecimento da inviabilização da pecuária urbana em um contexto de crescente urbanização, os padrões de socialização dos filhos mais novos do casal teriam diferido da socialização de seus filhos mais velhos devido à ausência de espaço de atuação em uma unidade de produção já consolidada e, também, no caso da maioria dos filhos de criação, pela descontinuidade da convivência cotidiana, característica das formas precárias de adoção de crianças e jovens praticadas no âmbito das redes de reciprocidade e mobilidade infantil entre famílias camponesas.

5. CONTINUIDADE E MUDANÇA EM DIFERENTES PERSPECTIVAS DE RECONHECIMENTO SOCIAL

Contraopondo-se às leituras referidas ao campesinato como segmento social petrificado em formas empíricas estáticas, o artigo recorre ao pensamento de Ploeg (2008), que situa a questão da possibilidade de reconhecimento do camponês não a partir de estereótipos remetidos a situações sociais específicas, mas a partir de uma “condição camponesa”, manifesta em distintos “graus de campesinidade”. A vinculação de determinado grupo social à categoria teórica de condição camponesa dependeria, assim, de sua busca por autonomia via composição de específicos arranjos de coprodução entre homem e ambiente em uma base de recursos autocontrolada e referenciada em repertórios culturais locais. Não sendo, entretanto, uma condição estática, ela poderia ser alterada ao longo do tempo, conforme o grupo doméstico se aproximasse ou se distanciasse dessa forma camponesa ideal.

A reflexão ora proposta se socorre da citada formulação especificamente por reconhecer, no caso empírico enfocado, a ocorrência de um processo de transição, diretamente referenciado à esfera produtiva, mas também incidente sobre as formas de organização e de sociabilidade objetivadas no âmbito do grupo familiar. Enquanto processo, a transição aqui analisada deve ser concebida como fenômeno gradual e complexo, que não se pode explicar adequadamente por meio de hipóteses como as de “perda” da identidade ou da cultura, ou de inexorável

imposição de condições opressoras a segmentos sociais subordinados. Tais vieses explicativos recorrem a representações dicotômicas, ignorando a vastidão de possibilidades intermediárias de abordagem dos fenômenos de transição. Do mesmo modo, se pautam por uma perspectiva miserabilista, em que a transição refletiria meramente o efeito das restrições impostas aos segmentos subalternos, vistos como vítimas indefesas.

A análise proposta valoriza, ao contrário, o reconhecimento dos pecuaristas urbanos como agentes sociais que se reconhecem em uma circunstancial posição ocupada e que são capazes de se exprimir em consonância a seu particular contexto de existência, não respondendo de modo passivo, mas performativo, diante das condições sociais e políticas limitantes. Conseqüentemente, enquadra-se, a seguir, o processo de emergência de novos padrões de socialização infantil no grupo familiar em questão menos como mera mimetização de modos urbanos de vida que como expressão da tomada de consciência acerca dos contrastantes significados associados à obtenção de reconhecimento no âmbito da unidade doméstica camponesa e em outras frentes de afiliação à vida social inclusiva.

No que concerne aos filhos mais velhos do casal migrante, engajados à unidade de produção ainda durante a infância, cabe perguntar: quais seriam os critérios valorizados de reconhecimento social norteadores de sua socialização? Em um contexto urbano incipiente – como era a Castanhã da década de 1970 –, avalia-se que os referenciais proeminentes de pensamento e ação do grupo familiar tratado seriam seus próprios repertórios culturais, seus regimes de moralidade, formulados desde sucessivas gerações precedentes, ainda no Estado do Ceará.

Assim, as práticas instituídas pelo casal na socialização de seus filhos mais velhos – antes descritas – ilustram as ponderações de Wootmann (2009), para quem a atividade agrícola estaria circunscrita a uma ordem moral e religiosa. Para a autora, o camponês seria apenas um gerente da natureza, legada por Deus, e dela se apropriaria por meio do trabalho, valendo-se dos repertórios de um saber qualificado como tradicional para perpetuar sua condição de produtor. O *status* de pai de família, portanto, implicaria transmitir não só o patrimônio material (a terra, ou, no caso, o gado), mas também o saber que tornaria possível trabalhá-lo.

Se, então, por um lado, o pai de família se constituiria pela transmissão do patrimônio e do seu saber, os filhos, por outro lado, para se tornarem homens, teriam que adquirir os conhecimentos e competências correlatos ao trabalho e à capacidade de prover o sustento de uma família. Tal configuração figuraria como horizonte social associado àquele específico regime de moralidade; seria condição de reconhecimento da pessoa como ocupante de um determinado papel social.

Criticando as noções de transmissão de saberes e de socialização como interiorização de papéis sociais, Sautchuk (2005; 2007) ilumina o entendimento do presente caso através da noção de reprodução. A infância dos filhos mais velhos do casal poderia, seguindo a lógica do autor, ser descrita como instância de reprodução não de relações sociais ou do conhecimento em si, mas da gênese do trabalhador. O que se transmite não seria um saber ou um papel social, mas o próprio trabalho, ao qual o indivíduo progressivamente se integra, mediante sucessivos graus de engajamento e reconfigurações de seu repertório cognitivo. Tratar-se-ia, então, de um processo de legitimação pela formação das competências indispensáveis à construção do trabalhador feito e passível de reconhecimento social.

De um modo ou outro, a concepção de reconhecimento social implicada no processo de socialização dos filhos mais velhos do casal migrante se remetia ao acoplamento entre a esfera do trabalho e as demais esferas do cotidiano, como o lazer e as práticas religiosas. Desse modo, as expressões então valorizadas de trabalho estariam necessariamente ligadas à reprodução daquele particular universo

de significados. Como sugerem Grisa (2007) e Marin (2009), referindo-se a padrões genéricos de sociabilidade do campesinato, o trabalho, nesse tipo de formação social, permitiria não apenas obter a satisfação das necessidades materiais da família, mas também reproduzir uma determinada visão de mundo, transmitir um modo de vida. Consequentemente, a infância camponesa figuraria como processo de incorporação dessa lógica diferenciada de vida cotidiana.

A inserção escolar, segundo a lógica então predominante, não teria sido, afinal, valorizada na socialização dos filhos mais velhos, primeiro por sua incompatibilidade com as rotinas da produção leiteira, que ameaçava a satisfação das necessidades da unidade de consumo de um grupo doméstico ainda insuficientemente estabelecido (para uma instigante discussão correlata, ver Fukui, 2009, e sua problematização do papel da criança como “a riqueza do pobre” no contexto do campesinato sertanejo). Em segundo lugar, a inserção escolar dos filhos também não teria sido valorizada pelo casal migrante em razão de não ser vista como elemento favorável à formação de uma configuração de pessoa socialmente reconhecida como adequada no âmbito do referido grupo social. O envolvimento precoce dos meninos na lida com o gado, ao contrário, era, na visão do pai, o meio necessário para garantir o aprendizado de seus filhos, naquela atividade que ele sabia ser capaz de garantir o sustento de uma família. Retomando a metáfora de Sautchuk (2007): seus filhos poderiam até não se tornar “alguém” na vida, mas efetivamente saberiam “alguma coisa” e, a partir disto, conseguiriam sobreviver. Espelhando tal concepção, a fala de um deles: “a comida na mesa é fruto de suor”.

Passando adiante, cabe, contrastivamente, questionar os critérios valorativos de reconhecimento social norteadores dos padrões objetivados de socialização da geração de netos. Como antes exposto, reverte-se a tendência de socialização via incorporação da força de trabalho infantil à produção leiteira, e a educação escolar formal é alçada a um primeiro plano estratégico, possivelmente como expressão de investimento na lógica do “ser alguém na vida”, metaforizada por Sautchuk (2007).

O “velho” admite que “a educação do filho quem decide é o pai”, abstendo-se de interferir na definição dos rumos da socialização de seus netos. Indo além, entretanto, é possível sugerir que o silêncio do avô decorra da percepção da ausência de condições para formular uma visão de futuro positiva acerca da pecuária urbana, e da suspeita de que a cidade, tão diferente do que costumava ser, agora exija a conformação de todos os seus habitantes a uma determinada configuração de homem/pessoa, que não corresponde ao modelo por ele valorizado na socialização de seus próprios filhos. Assim, os critérios de reconhecimento social norteadores da socialização das crianças de sua família deixam de estar vinculados à esfera do específico segmento socioeconômico do campesinato urbano migrante e passam a se ligar a expectativas emanadas da esfera social abrangente, cidadina.

A partir de Sen (1999), poder-se-ia, a uma primeira vista, considerar que tal movimento de valorização diferenciada de critérios de reconhecimento social representa a adoção de estratégias de socialização infantil necessariamente condutoras a uma situação de maior liberdade. Uma formação escolar certificada, afinal, seria, em tese, capaz de abrir uma quantidade significativamente maior de portas que a formação de um criador de gado via transmissão de um saber tradicional. A primeira situação, portanto, poderia até mesmo conduzir a processos de ascensão social, enquanto a segunda necessariamente conduziria a um quadro de vulnerabilidade social. Será este o caso?

6. PADRÕES DE SOCIALIZAÇÃO COMO PERFORMANCE EM CONTEXTO DEFINIDO

Pensava-se, em etapas preliminares de elaboração do presente texto, que os padrões de socialização dos filhos mais velhos do casal migrante constituiriam situações limitantes às alternativas de inserção profissional a que estes indivíduos poderiam pleitear na vida adulta. Embora relativamente verdadeira, esta afirmação conduz ao equívoco de associar tais práticas de socialização via incorporação da força de trabalho infantil à produção familiar à noção de vulnerabilidade social.

Como antes mencionado, em um contexto de urbanidade incipiente (e de relativa ausência de normatividade quanto ao uso do espaço citadino), de alta demanda por força de trabalho para garantir a manutenção física imediata do grupo doméstico e de convicção quanto à viabilidade da pecuária leiteira para o contínuo sustento da família, fazia sentido que pai e mãe privilegiassem a integração de seus filhos à esfera produtiva, em detrimento da inserção das crianças em processos de escolarização. Com tal procedimento, naquelas circunstâncias, puderam garantir justamente que a família não sucumbisse à condição de plena vulnerabilidade social e à conseqüente inviabilização da vida biológica. Incapazes de prever o futuro, os pais também acreditavam que, mantidas as circunstâncias gerais, os repertórios culturais legados aos filhos seriam suficientes para sua sobrevivência futura. Assim, não cabe definir a socialização daqueles primeiros filhos como práticas esvaziadas de projeções para o futuro – ainda que efetivamente limitantes de suas opções.

Com a crescente urbanização do Município de Castanhal e a imposição de normas de uso do espaço citadino que contrastavam com os sistemas de produção leiteira periurbana, as limitações associadas à formação profissional dos filhos mais velhos significaram uma relativa impossibilidade de conversão a outras alternativas de trabalho, redundando no seu envolvimento em uma série de conflitos remetidos à contestação da atividade de sua família. As crianças incorporadas à produção leiteira urbana se tornaram adultos que dominam os conhecimentos técnicos necessários para executar seu trabalho, mas somente aquele trabalho. Quando afirmam que “a vaca foi nossa escola”, essas pessoas permitem inferir que o modo como foram profissionalizados, apesar de ter garantido o aprendizado de um ofício, impossibilitou que elas prosseguissem por outros caminhos, caso assim quisessem.

A família passou, então, apenas a partir de determinado momento, a estar enquadrada em situação de vulnerabilidade social. Salienta-se, porém, que tal quadro se constituiu contextualmente, mediante emergência de circunstâncias novas, que não poderiam ser – como não o foram – antevistas pelo casal migrante, promotor da socialização de seus filhos. Não se pode, por isso, concluir que as específicas práticas de socialização em que inscreveram seus filhos mais velhos sejam intrinsecamente condutoras à vulnerabilidade social, embora possam ser assim concebidas em referência a circunstanciais desdobramentos do caso tratado.

Confrontados com o efetivo curso dos acontecimentos, porém, os membros familiares não mantiveram estáticos os padrões de socialização das novas gerações, atuando performativamente para reconfigurar a formação das crianças conforme o contexto social emergente. Isto reflete a capacidade desses sujeitos de apreender os dados de seu meio e os fatos que se sucedem no tempo, analisando-os reciprocamente, com vistas a definir novos horizontes de engajamento, projetos de vida e estratégias de atuação. Trata-se, enfim, de uma conciliação entre o caminho contextualmente ofertado e o caminho ativamente traçado por esses agentes sociais, que não são meros receptores conformados a estímulos externos, mas criativos operadores referenciados por sua memória e uma experiência de vida.

Simetricamente, se a socialização vivenciada pelos filhos mais velhos não deve ser concebida como completa limitação, a educação incidente sobre os netos do casal também não deve ser vista como isenta de limitações. Como Brandão (1981) insinua por meio de sua breve narrativa acerca dos índios convidados para frequentar a escola do povo branco, qualquer forma ou modelo de educação comporta limitações, no sentido em que prioriza determinados conteúdos e põe em segundo plano ou mesmo se silencia acerca de outros.

As limitações subjacentes à formação escolar não parecem contradizer as perspectivas formuladas pelos membros da família em torno de uma possível mobilidade social e superação da condição de vulnerabilidade do grupo, a ser capitaneadas pelas novas gerações. Não havendo, porém, na instituição escolar, espaço para referências à produção leiteira, aos saberes e às habilidades técnicas a ela associadas, retira-se a oportunidade de que os netos da família – e ainda as gerações vindouras – optem, caso assim desejem, pela objetivação de um estilo de vida mais simples e ainda posto em conta como moralmente diferenciado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enfocando processos de socialização de crianças no âmbito de uma unidade doméstica urbana voltada à pequena pecuária bovina leiteira, o artigo se concentrou no fenômeno da reconfiguração dos referenciais da sucessão familiar em contextos de transição, aqui tratada a partir da emergência de novas lógicas de ocupação do espaço urbano. A discussão se ocupou preponderantemente com o subgrupo de filhos (homens) mais velhos do casal migrante, cuja socialização – caracterizada pela incorporação da força de trabalho infantil à produção leiteira – refletiu de modo mais explícito os princípios de reconhecimento social remetidos à esfera da sociabilidade camponesa; e com o subgrupo de netos, cuja socialização – caracterizada pela priorização de processos de escolarização formal – refletiu a negação dos padrões de engajamento anteriormente valorizados e a vinculação a padrões de reconhecimento social remetidos à noção de vida urbana.

Tal mudança foi, aqui, analisada criticamente a partir da perspectiva de agência dos atores sociais diretamente implicados, apontando-se para o processo de incorporação ativa e consciente de novos referenciais pelos interlocutores inquiridos. Tais referenciais se relacionam à formação de uma específica configuração de pessoa, dissonante em relação ao modelo de homem que anteriormente norteou a socialização dos membros da unidade de produção da família pesquisada. Relativiza-se, desse modo, a noção de identidade, que não deveria ser concebida como padrão estático de reconhecimento, ou traço essencial de distinção de determinada situação empírica em relação às demais. Valorizam-se, por outro lado, as concepções de contextualidade, gradualismo e performatividade.

O texto contribui para a discussão acerca da diversidade de formas de expressão potencialmente assumidas pelo campesinato, reforçando a concepção de que tal segmento não se delimita conceitualmente em estrita referência a situações empíricas rigidamente circunscritas aos espaços tipicamente qualificados como rurais. Do mesmo modo, o texto busca privilegiar a representação do trabalhador familiar camponês em oposição às imagens de senso comum – e de certa tradição erudita – que apresentam-no ora como indivíduo conservador e alheio às contextuais mudanças da sociedade, ora como indefesa vítima de grupos sociais hierarquicamente dominantes. Contribui, particularmente, para os estudos remetidos a questões geracionais e à reprodução social do campesinato urbano, atribuindo visibilidade, na esfera acadêmico-científica, a um segmento social marginalizado, tido ora como resquício, ora como transgressão.

8. REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C.R. Educação? Educações: aprender com o índio. In: BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, J.B.; BREITENBACH, R.; DIAS, V.S.; SILVA, F.B. Leite clandestino: a informalidade orientada pela demanda – um diagnóstico da produção e comercialização em Itaqui/Rio Grande do Sul. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.22, n.2, p.113-131, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/16027>>. Acesso em 17 out. 2016.

CARNEIRO, M.J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C.; CASTRO, A.C. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CHAYANOV, A.V. The peasant family and the influence of its development on economic activity. In: THORNER, D.; KERBLAY, B.; SMITH, R. E. F. **The theory of peasant economy**. Illinois: The American Economic Association, 1966.

FERRANTE, V.L.B. Assentamentos rurais: espaços masculinos/femininos na construção de um novo modelo de vida. In: ABRAMO, L.; ABREU, A.R.P. **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. Rio de Janeiro/São Paulo: ALAST, 1998.

FORTES, Meyer. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. **Cadernos de Antropologia da Editora UnB – Série Tradução**, v.1, 2011.

FUKUI, L.F.G. A “riqueza do pobre”. Relações entre pais e filhos entre sítiantes tradicionais brasileiros. In: NEVES, D.P. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil – Volume 2: formas dirigidas de constituição do campesinato**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GODOI, E.P. Reciprocidade e circulação de crianças entre camponeses do sertão. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GRISA, C. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Extensão Rural**, Santa Maria, v.14, p.5-35, 2007. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/5589>>. Acesso em 16 out. 2016.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W.A. **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006.

HEREDIA, B.M.A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Castanhal. Disponível em: <http://cod.ibge.gov.br/32T>. Acesso em: 11 set. 2016.

LEANDRO, L.M.L.; SILVA, F.C. A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará. **Novos cadernos NAEA**, v.15, n.2, p.143-174, 2012.

SILVA, M.C. L.; MOTA, D. M. Dimensões de gênero na experiência educativa em alternância no município de Cametá – Pará. **Cadernos de educação**, n.37, p.161-184, 2010.

LUZ JÚNIOR, R.S. História e Memória da Formação do Bairro Jaderlândia na Cidade de Castanhal – Pará. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

MANESCHY, M.C. Múltiplas atividades femininas nas estratégias de reprodução social de famílias de pescadores. In: COSTA, M.J.J. **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém: EDUFPA, 2001.

MANN, P.H. Pessoas como fontes de dados. In: MANN, P.H. **Métodos de investigação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MARIN, J.O.B. Infância camponesa: processos de socialização. In: NEVES, D.P.; SILVA, M.A.M. **Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil** – Volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MOTA, D.M. Reflexões sobre o trabalho e a família no espaço rural. In: ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS, 3, 2008, Campina Grande, PB. **Anais...** Campina Grande: UFCG, 2008. p.1-15.

NEVES, D.P. A pobreza como legado. O trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v.6, n.2, p.149-173, 2003.

PLOEG, J.D. van der. O que é, então, o campesinato? In: PLOEG, J.D. van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REICHERT, L.J.; GOMES, M.C. Processo de tomada de decisão e a racionalidade administrativa na mudança do sistema de produção convencional para o de base ecológica na agricultura familiar. **Agricultura familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento, n.9, p.121-144, 2009.

RUAS, R.M.S.; GUERRA, G.A.D.; FURTADO, D.C.; ASSIS, W.S. Pressões e oposições contra pequenos criadores familiares de gado bovino leiteiro da zona periurbana do Município de Castanhal (Pará, Brasil – Amazônia Oriental). **Mundo Agrário**, v.15, n.30, 2014.

SARACENO, C. Família, trabalho, economia. In: SARACENO, C. **Sociologia da família**. 2ed. Ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.

SAUTCHUK, C.E. Laguistas et pescadores: L'apprentissage de la pêche dans une région côtière de l'Amazonie (Vila Sucuriju, Brésil). **Techniques & Culture**, n.45, 2005.

SAUTCHUK, C.E. **O arpão e o anzol**: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuriju, Amapá). 2007. 402f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade de Brasília.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada. Sistemas de trabalho e estrutura familiar: O caso das fazendas de café em São Paulo. In: ARANTES, A.A.; BIANCO, B.F.; BRANDÃO, C.R.; CORRÊA, M.; SLENES, R.; KOFES, S.; STOLCKE, V. **Colcha de retalhos**: Estudos sobre a família no Brasil. Editora Brasiliense, 1982.

WITKOSKI, A.C. Organização social do trabalho da família camponesa. In: WITKOSKI, A.C. **Terras, florestas e águas de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas – EDUA, 2007.

WOORTMANN, E.F. O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações. In: GODOI, E.P.; MENEZES, M.A.; MARIN, R.A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias – Volume 2: estratégias de reprodução social. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.